

UM CASO DE SUCESSO EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Arnaldo Pedroso Coelho
Silvia Maria A. Lima Costa
Antônio Lázaro Sant'Ana

INTRODUÇÃO

O município de Pereira Barreto foi fundado com o objetivo de fixação de imigrantes japoneses no Brasil, pela compra de terras na região realizada no dia 09 de agosto de 1928 através de uma cooperativa constituída no Japão, com objetivo de organizar cidadãos interessados em imigrar para o Brasil. Assim em 1939 a cooperativa foi registrada como Sociedade Cooperativa do Brasil Ltda – BRATAK (esta representa a abreviatura do seu nome em japonês). Os grupos foram destinados a estabelecerem-se em 1.600 lotes de áreas rurais com 24,20 ha cada e 3 núcleos urbanos com infraestrutura para os colonos. Os núcleos urbanos foram intitulados como Patrimônio São José, Bela Floresta e Novo Oriente, este último a futura Pereira Barreto, em homenagem ao médico e cientista Dr. Luiz Pereira Barreto. No início, parte dos lotes era destinada ao plantio de cereais e parte deixada como mata. Com a crise do café em 1930 as culturas mudam para cana, algodão, bicho da seda, capim Jaraguá, bovinos de leite e corte.

Em 1934 é proibido o plantio de café e foi expandida a área com algodão. Em 1938, Pereira Barreto torna-se município, ganhando seu nome definitivo e já em 1945 existiam 15.000 ha de culturas, 30.500 ha de pastagem e 180.000 ha de matas (4,5% do Estado) no município. Em 1956 a produção de algodão atinge 677.600 arrobas, ano em que o município contava com 1.075 propriedades, 73 delas com mais de 1.000 ha, com 31.848 ha de lavouras e 20.000 ha de matas, 16.500 bovinos, 33.000 suínos, 5.600 muares, 2.500 eqüinos, 2.300 caprinos e produção anual de 24,6 milhões de litros de leite.

A cultura do algodão constituía o grande alicerce dinamizador do crescimento regional, na década de 1960 são cultivados 30.000ha de algodão, com 3 máquinas de beneficiamento no município, que também destaca-se como grande produtor de bovinos para engorda, que vinham dos estados do Mato Grosso e Goiás para terminação.

No período 1961 a 1964 Pereira Barreto perde áreas de seu território para criação dos municípios de Sud Mennuci (originalmente Pioneiros), Aparecida D'Oeste (originalmente Ourinhos d'Oeste), Marinópolis e Itapura.

No início da década de 1970 a Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira inunda milhares de hectares de solo fértil. Nesta época o município destaca-se na avicultura de postura desenvolvida principalmente pela colônia japonesa. Da região Oeste do Estado, o município de Pereira Barreto foi o mais impactado com perda de áreas que acompanhou a construção do Reservatório de Ilha Solteira. a

Na década dos anos oitenta a cultura do algodão perde importância para as culturas de milho e feijão, e já não mais responde pelo dinamismo do comércio na região, sendo a estrutura de beneficiamento enviada para unidades comercializadoras instaladas nas cidades de Urânia, Mirandópolis, Guararapes e região de São José do Rio Preto.

Em meados da década de 1980 ocorre importante fato com a criação de uma lei municipal isentando de impostos quem cultivasse lotes vazios na área urbana já àquela

época tendo em vista a preocupação com a melhoria da segurança alimentar dos munícipes A iniciativa promoveu aumento do plantio de mandioca para a farinha artesanal instalada em uma associação de bairro, que se beneficia com o comércio do produto e angariando os rendimentos.

Em 1984 é desapropriada pelo INCRA a primeira propriedade no município de Pereira Barreto para fins de reforma agrária. No início da década de 1990 é concluída a Usina Hidrelétrica de Três Irmãos e novamente parte do solo mais fértil do município, aproximadamente de 22.000 ha é inundada. A CESP realiza reassentamento e recolocação para os produtores rurais impactados com as inundações. No município, como é perdida a maior parte dos solos de alta fertilidade, restam os espigões de menor fertilidade, arenosos e mais susceptíveis à erosão. Nessa época o município contava com 181.100 ha de área geográfica. No dia 1º de janeiro de 1993 são desmembrados os vizinhos municípios de Ilha Solteira e Suzanápolis e Pereira Barreto fica com a sua área atual de 100.400 hectares. Nesta época, a CESP tentando minimizar o impacto da inundação na economia local e produtores ribeirinhos, relocou em Reassentamento, 43 famílias no Nossa Senhora de Fátima e 65 em área designada como Hortigranjeiro.

Com a perda de relevância da cultura do algodão no município, e consolidação das culturas de milho, feijão e soja tem início nessa época investimentos de grande vulto nas propriedades maiores, que investem em agricultura irrigada e confinamento de bovinos. No ano de 2001 o município passa a fazer parte do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas nas bacias dos Córregos Laranja Azeda e Ponte Pensa e em 2005 a segunda microbacia, no Córrego Pederneiras (União). Ainda neste ano é instalada no município a Usina Interlagos de álcool e energia, fato este que aliado às outras usinas na região aumenta bastante a área de cana de açúcar plantada, que chega a 25.000ha. No ano de 2008 a cadeia de produção sucro-alcooleira (lavoura + indústria) sofre grande impacto econômico devido à crise mundial originada no mercado imobiliário americano, com reflexos nos produtos agrícolas de exportação, que causa baixa nos preços, aumento de custos e desemprego no setor, problema sentido no ano atual e com reflexos ainda por dois anos. Na época Pereira Barreto contava com 575 propriedades rurais, segundo levantamento do LUPA.

Em meados de 2004 foram assentadas 39 famílias no Assentamento Terra é Vida, em 2008 foram 50 famílias no Assentamento Olga Benário, em 2010 50 famílias no Assentamento Eldorado dos Carajás e em 2011 contemplou 75 famílias no Assentamento Frei Pedro, sendo todos eles desapropriados pelo INCRA, localizados na porção Sudeste do Município. Com o aumento do número de assentamentos de reforma agrária no município, aumenta a demanda de serviços (assistência técnica e extensão rural, defesa agropecuária, transporte, insumos, maquinário agrícola, crédito, etc...) para este tipo de público carente e bastante exigente nesse serviço. As 214 famílias assentadas pelo INCRA e 108 famílias pela CESP - "Companhia Energética de São Paulo", gerou uma diferença entre os anos de 2008 e 2018, que por meio do LUPA, Levantamento Sensitário das Unidades de Produção Agropecuária, detectou o aumento de 575 para 673 propriedades rurais, pois também foi destaque de mudança no setor a unificação de várias propriedades vizinhas devido a instalação de lavouras de cana-de-açúcar em parceria agrícolas com 3 Usinas de Açúcar e álcool da Região.

Este trabalho tem por objetivo descrever o estudo de caso do no Assentamento Terra é Vida, com resgate histórico desde a época de Acampamento, que perdurou por 8 anos até o efetivo Assentamento, realizado com área inferior ao inicialmente preconizado pelo PNRA (Plano Nacional de reforma Agrária), que previa o Assentamento em área mínima de 12,1 ha, ou 5 alqueires. O Assentamento Terra é Vida, por fatores locais

acabou oferecendo áreas inferiores a esta, porém com a promessa de implantação de sistemas de irrigação, promessa que acabou não sendo concretizadas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Foram realizadas diversas entrevistas, levantamentos bibliográficos e o próprio trabalho de extensão desenvolvido pelos autores contribuíram para a elaboração do mesmo. A metodologia se baseia na abordagem investigação-ação que contempla uma dimensão reflexiva e uma dimensão prática na abordagem de um grupo social que apresenta diversos desafios ligados às dimensões de sobrevivência, aprendizagem dos sistemas produtivos e relacionamento com o mercado.

O estudo de caso regatou informações da trajetória dos proprietários do Assentamento Terra é Vida desde a época de Acampamento do grupo, que perdurou por 8 anos até o efetivo Assentamento, realizado com área inferior ao preconizado pelo PNRA (Plano Nacional de reforma Agrária), que previa o Assentamento em área mínima de 12,1 ha, ou seja 5 alqueires. O Assentamento Terra é Vida, por fatores locais acabou tendo áreas inferiores a esta, porém com a promessa de implantação de irrigação como compensação das áreas perdidas por inundação, a concessão desta infraestrutura não se concretizou. A Figura 1 posiciona o município de Pereira Barreto no Estado de São Paulo; e a Figura 2 apresenta o mapa do município e os municípios limítrofes.

Figura 1 - Localização do município de Pereira Barreto no Estado de São Paulo



Figura 2 - Limites Geográficos do Município de Pereira Barreto/SP.



Fonte: Unidade Técnica de Engenharia (UTE)- Regional Andradina

Algumas informações referenciais do município estão relacionadas abaixo:

Latitude: 20°38'43" Sul (fonte IGGSP, 1967)

Longitude: 51°06'35" Oeste (IGGSP, 1967)

Altitude: 347 metros (sede do município), valores extremos: Ponto mais alto:431metros, ponto mais baixo: 330 metros.(fonte IGGSP, 1967)

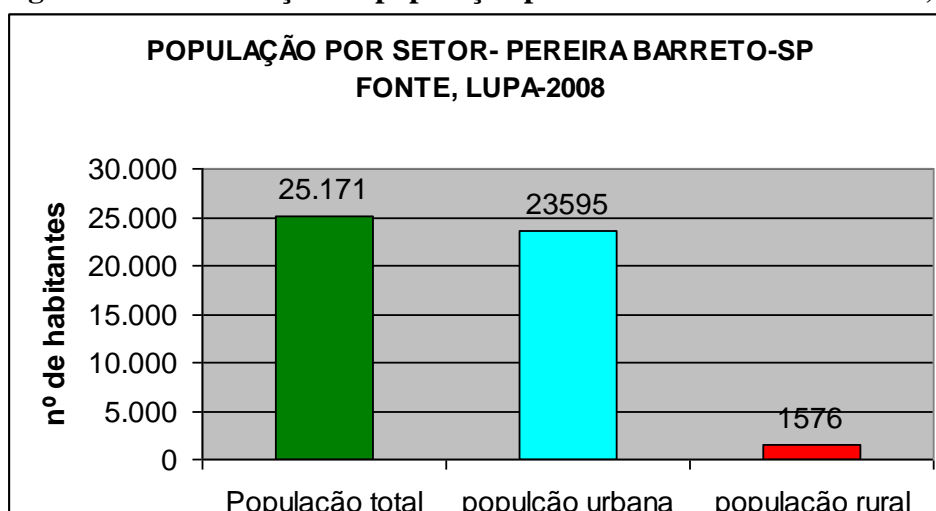
Área total do município: 98.270 hectares (fonte Prefeitura Municipal, 2008) e 100.400 hectares (fonte IEA)

Área rural: 74.306 hectares Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Projeto LUPA -2008

Área urbana: 1.436 hectares Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Projeto LUPA -2008

Como acontece em grande parte dos municípios do Estado de São Paulo o município de Pereira Barreto, embora tenha vocação rural abriga cerca de 94% de sua população na área urbana (Figura 3) . Abaixo apresenta-se os números da composição habitacional segundo os dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (Projeto LUPA -2008) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 3. Distribuição da população por extrato – Pereira Barreto, 2008.



Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Projeto LUPA -2008

População total	População urbana	População rural	Densidade demográfica
24.200	22.709	1.511	24,7 hab./km ²

(fonte IBGE, 2007)

DISCUSSÃO

O assentamento de Terra e Vida, instituído em 2004, foi o primeiro assentamento do município de Pereira Barreto; relatos indicam ter sido o primeiro também do Governo popular do Partido dos Trabalhadores. Foram alocadas 39 famílias que abrigavam cerca de 140 pessoas; o perfil produtivo destas é composto pela produção de mais de 30 produtos hortifrutícolas.

Algumas fatos históricos afetaram muito fortemente a estrutura geográfica do município reforçaram a importância deste assentamento e seus produtores para a contribuição na oferta de alimentos dele decorrente.

O município de Pereira Barreto sofreu dois grandes impactos associados aos projetos de desenvolvimento do Estado de São Paulo que marcaram sua história: duas grandes inundações seguidas de perda de vastas extensões de áreas terra decorrentes da construção do Reservatório de Ilha Solteira (com a Usina hidrelétrica de Ilha Solteira) nos anos 70 e a Usina de Três Irmãos. Além das perdas econômicas e sociais¹ as perdas dos recursos naturais foram da mais alta relevância. Um dos maiores ativos do município, representado pelas terras de boa qualidade, foi dilapidado com a inundação de solos férteis para construção do reservatório e das duas usinas hidrelétricas.

A partir dos anos dois mil, a reforma agrária com Assentamentos e Reassentamentos, assim como a própria cultura da cana-de-açúcar, propiciou uma mudança importante na economia local e alavancou o desenvolvimento sócio-econômico dinamizando movimentação financeira e geração de empregos, favorecidos pela maior presença relativa das famílias atuantes na agropecuária, em relação às duas décadas anteriores marcadas por uma composição de grandes áreas extensas ocupadas com pecuária de corte .

A partir de 2003 ganhou espaço na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural, a construção de mercados institucionais para a agricultura familiar. Isso se deu em uma pauta de formulação e implementação de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, com a estruturação de mecanismos tais como o: PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social). No contexto o Assentamento “Terra é Vida” já nasceu com a opção de moldar suas estratégias produtivas para contar com estas políticas públicas na formação

¹ Para citar uma das demandas atuais; o município enfrenta pleito judicial para definição da sede da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos requerida pelo município de Andradina.

dos canais de comercialização possíveis. Os produtores foram alocados em lotes de 10 ha após revisão para menor dos alocados inicialmente previstos para serem de 12,5 ha .

O PAA foi criado pela Lei nº. 10.696/2003 (BRASIL, 2003), como parte da política de fortalecimento da agricultura familiar, é ao mesmo tempo a primeira política pública de aquisição de alimentos direcionada especificamente ao segmento da agricultura familiar. O PNAE, com sessenta anos de história completados em 2014, pela Lei nº. 11.947/2009 (BRASIL, 2009) estabelece um elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional (SCHMITT; GRISA, 2013), as aquisições devem conseguir atender as demandas do cardápio da alimentação escolar, oferecendo, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana) nas refeições ofertadas. O PPAIS foi criado pela Lei nº. 14.591/2011 (SÃO PAULO, 2011), e é uma ação do Governo do Estado de São Paulo que visa favorecer a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar nas compras realizadas pelos órgãos públicos estaduais

Um relato uníssono dos produtores do Assentamento Terra é Vida expressa a inserção aos mercados como fator de grande relevância para a reprodução social e satisfação dos mesmos em seus objetivos de permanecer na lida na terra, mesmo considerando que a área cedida foi área menor em relação àquela almejada. Os programas Institucionais: PAA, PNAE, PPAIS são destacados como muito relevantes esta inserção. Além destes canais de distribuição os produtores passaram a construir estratégias para inserção em equipamentos para venda direta e semi-direta, como feira popular, mini mercados, comércio informal e outros, que conjuntamente geraram o incentivo necessário para que os Agricultores Familiares adquirissem confiança para, ao longo de praticamente uma década, se estabelecerem como produtores de hortigranjeiros, como são designados os produtores de frutas, hortaliças e ovos no município de Pereira Barreto

A partir de 2015, houve um retrocesso do suporte oferecido pelos mercados institucionais, principalmente pela suspensão de recursos e projetos aprovados para o PAA. Em 2018 o Programa é retomado e restabelecem os incentivos para a produção familiar. Estes fatores, associados ao apoio governamental nas três esferas, Municipal, Estadual (com destaque a assistência técnica da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) e Federal (algumas emendas parlamentares viabilizaram a aquisição de equipamentos de capital fixo) reforçou a atividade. No contexto, a certeza da venda de seus produtos, com mercado comprador definido, é entendido como muito relevante, mesmo que a preços iniciais considerados baixos.

Dentre as políticas públicas acessadas os produtores relatam se identificarem com a forma de operacionalização do PAA, dada relativa maior facilidade de representação através das associações e a interlocução destas com o órgão gestor (Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB).

Os programas PNAE e PPAIS são vistos como burocráticos em suas formalizações e, adicionalmente, contratos formais de entrega de produtos diretamente com segmentos do setor público (como hospitais e presídios) os assustam , pois temem eventual não cumprimento por risco de produção. Além disso, reclamam que o PPAIS, por exemplo,, segue uma metodologia de formação de preços que não respeita as variações de preços de mercado, em função da sazonalidade de produção.

Neste ano de 2018 os produtores do Assentamento “Terra é Vida” sentem-se ainda mais motivados com o PAA pois entendem que o reajuste da cota de vendas por DAP (Declaração de Aptidão) para R\$8000,00 por ano tornou ainda mais estimulante a Política Pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As 39 famílias do Assentamento Terra é Vida reconhecem o apoio governamental que possibilitou o assentamento para permanecerem na terra atuando como produtores, bem como para abertura e acesso a novos mercados compradores. Sua posição geográfica, o histórico de luta pela terra, a seleção das famílias com vocação para o campo foram vitais para o sucesso do projeto de assentamento, aliados às Políticas públicas de aquisição de alimentos.

A sucessão das famílias também se faz presente e o retorno da garantia de comercialização inicial de seus produtos através do PAA, assim como a organização social local, presente nas duas Associações intituladas "Terra é Vida" e "Nova Visão", e uma Cooperativa: "Professor Cory", são fatores explicativos do sucesso deste Assentamento, e revelam o quanto o apoio do setor público, seja por ações autônomas ou inseridas na pauta das políticas públicas de aquisição de alimentos e acesso aos mercados, promovem respostas expressas pela dinamização da produção e bem estar social rural.

O histórico do Município evidencia que as mudanças sócio econômicas ao longo de quase um século provou o retorno positivo que o campo proporcionou para a economia local, consubstanciado na dinamização dada pela oferta de alimentos sobre tudo a partir do anos dois mil com a inserção da agricultura familiar.

A reforma agrária com cessão de terras no município cria um contraste interessante porque entende-se que a colonização japonesa, na verdade, foi moldada para grandes áreas. A Terra, a Reforma Agrária, os Agricultores Familiares e a Organização Rural em Associações e Cooperativas neste contexto, justifica a intervenção pública no setor. O Assentamento Terra é Vida representa um caso de sucesso no Estado de São Paulo, principalmente porque outros assentamentos da região Oeste Paulista foram relativamente assediados pela especulação imobiliária, com transferência de propriedades, descaracterizando a meta de reprodução social da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.17836, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL. LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/ab3b7b53cfe2bb6c688ad672400a6a7a..pdf>. Acesso em: 22 de jan. 2016.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAA). COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Manual Operativo Programa**

Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II “Acesso ao Mercado”. CATI/SAA, 2009. pág 8-9.

SÃO PAULO (Estado). Projeto Lupa 2007/2008: **Censo Agropecuário do Estado de São Paulo. São Paulo: Cati/IEA/SAA, 2009.** Disponível em: Acesso em: mai. 2018.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. **Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental.** In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA,